

v.2, n.7, 2025 - Julho

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

LEITURA E ESCRITA COMO PRÁTICAS DISCURSIVAS NA EJA: O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Sandy Maria Lobato da Costa¹
Kátia Silene Ferreira Gonçalves²
Antonilda da Costa Ribeiro³
Elciane da Costa Lobato⁴
Dra. Maria Barbara da Costa Cardoso⁵

Revista O Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.16380102
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.16380102)

¹Professora da rede estadual de ensino do Pará (SEDUC-PA), formada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará. É especialista em Educação Contemporânea com ênfase em Projeto de Vida, Ensino de Física e Química, e Atendimento Educacional Especializado. Atua com dedicação e amor à educação, buscando sempre contribuir para uma formação humana, inclusiva e transformadora.

E-mail: costasandy068@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7912-3917>

²Universidade Federal do Pará

E-mail: katiakij@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6451-7071>

³Universidade Federal do Pará

E-mail: antonildacribeiro10@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4313-4015>

⁴Universidade Federal do Pará

E-mail: elcianelobato907@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9275-1747>

⁵Universidade Federal do Pará

E-mail: barbara.costa@csfx.org.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4184-1052>



LEITURA E ESCRITA COMO PRÁTICAS DISCURSIVAS NA EJA: O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Sandy Maria Lobato da Costa, Kátia Silene Ferreira Gonçalves,
Antonilda da Costa Ribeiro, Elciane da Costa Lobato e
Dra. Maria Barbara da Costa Cardoso

LEITURA E ESCRITA COMO PRÁTICAS DISCURSIVAS NA EJA: O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

O presente Trabalho intitulado **Leitura e Escrita como Práticas Discursivas na EJA: O Gênero Artigo de Opinião** objetiva desenvolver uma proposta de sequência didática sobre um artigo de opinião para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da 3ª e 4ª etapas. Para isso, busca-se compreender a relação entre alfabetização e letramento no processo de apropriação e produção do texto escrito, discutir as características do gênero textual artigo de opinião e elaborar uma sequência didática como proposta de produção de um artigo de opinião. Na pesquisa, faz-se algumas reflexões sobre os termos alfabetização e letramento na EJA na perspectiva de Jung (2007), Freire (1975), Soares (1999 e 2004) e Mollica e Leal (2007). Também discute-se o ensino de língua na perspectiva dos gêneros textuais, com ênfase no gênero artigo de opinião de acordo com a concepção de Marcuschi (2008) e Bakhtin (2003), levando à proposta de uma sequência didática para a aplicação prática em turmas de 3ª e 4ª etapa da EJA. Espera-se que a referida produção acadêmica e proposta de aplicação venha contribuir com a prática docente no sentido de trazer informações e motivações através dos conhecimentos compartilhados e sugestão de atividades que visam estimular a produção e aperfeiçoamento da leitura e da escrita dentro do ensino da disciplina língua portuguesa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, gêneros, sequência didática.

ABSTRACT

The present study, entitled Reading and Writing as Discursive Practices in Youth and Adult Education (EJA): The Opinion Article Genre, aims to develop a didactic sequence proposal focused on the opinion article genre for students in the 3rd and 4th stages of Youth and Adult Education (EJA). It seeks to understand the relationship between literacy and literateness in the process of acquiring and producing written texts, to discuss the characteristics of the opinion article genre, and to design a didactic sequence for the production of such texts. The research includes reflections on the concepts of literacy and literateness in EJA, based on the perspectives of Jung (2007), Freire (1975), Soares (1999, 2004), and Mollica & Leal (2007). It also discusses language teaching through textual genres, with emphasis on the opinion article genre, following the approaches of Marcuschi (2008) and Bakhtin (2003), leading to the proposal of a didactic sequence to be applied in EJA classrooms. This academic production and practical proposal are expected to contribute to teaching practices by offering information, motivation, and suggested activities aimed at enhancing reading and writing skills in Portuguese language classes.

Keywords: Youth and Adult Education, genres, didactic sequence.

INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como temática central a leitura e escrita como práticas discursivas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, tendo como principal objetivo desenvolver uma proposta de sequência didática sobre um artigo de opinião para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para o alcance de tal objetivo, pretende-se compreender a relação entre alfabetização e letramento no processo de apropriação e produção do texto escrito, discutir as características dos gêneros textuais com foco no artigo de opinião e por fim elaborar uma sequência didática como proposta de produção de um artigo de opinião.

A EJA visa oferecer o Ensino Fundamental e Médio para pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade certa, ou seja, alunos que apresentam distorção série/idade. Por essa razão tem-se como de grande importância o desenvolvimento do referido trabalho, pois percebemos que a maior dificuldade encontrada pelos alunos da EJA (jovens e adultos) diz respeito à leitura, interpretação e produção de texto. Portanto há a necessidade de preparar esses alunos de maneira efetiva para produzirem diferentes gêneros textuais, entre os quais o artigo de opinião, pois os mesmos estão inseridos em uma sociedade em que os gêneros discursivos fazem parte das práticas sociais. Tal abordagem será sugerida através de uma proposta de sequência didática a ser desenvolvida em turmas da EJA.

O estudo está ancorado em documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB,

(1996), a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) e nos estudos de Jung (2007), Freire (1975), Soares (1999, 2004), Mollica e Leal (2007), Marcuschi (2008), Bakhtin (2003), Alves (2008) e Uber (2008).

O trabalho encontra-se dividido em quatro seções. A primeira seção traz um breve histórico sobre a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a fim de que se conheça melhor de que forma esta modalidade de ensino se consolidou no país. Na segunda seção, faz-se algumas reflexões sobre os termos alfabetização e letramento na EJA. Discute-se na terceira seção o ensino da língua na perspectiva dos gêneros textuais, com ênfase no gênero artigo de opinião; finalmente, na quarta seção, apresenta-se a proposta de uma sequência didática para a aplicação em turmas de 3ª e 4ª etapas da EJA, sugerindo a produção de um artigo de opinião.

1- BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Ao refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário primeiramente compreender como ocorreu a sua trajetória no Brasil.

No início da história da educação brasileira, época da colonização, as poucas escolas existentes estavam disponíveis para a classe média e alta. Nessas famílias os filhos possuíam acompanhamento escolar na infância, não havia a necessidade de uma alfabetização para jovens e adultos. As classes pobres não tinham acesso à instrução escolar e quando a recebiam era

de forma indireta. A educação escolar no período colonial teve como primeiros alfabetizadores os padres jesuítas, onde o ensino tinha como fim não apenas a transmissão de conhecimentos científicos e escolares, mas a propagação da fé cristã. A história da educação de jovens e adultos no Brasil, no período colonial, se deu de forma assistemática, nesta época não se constatou iniciativas governamentais significativas (MARTINS, 2013, p. 2).

A Revolução de 1930 proporcionou grandes transformações na sociedade brasileira, dentre elas, a promulgação da Constituição de 1934 que previu o ensino obrigatório tanto para crianças quanto para adultos. A Educação de Jovens e Adultos pela primeira vez aparece como uma necessidade, rompendo com a ideia que predominava até então de que a escola era necessária somente às crianças.

Em 1967, o governo lança o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de erradicar o analfabetismo e possibilitar educação continuada aos jovens e adultos. Segundo Martins (2003, p. 5):

Esse método tinha como foco o ato de ler e escrever, essa metodologia assemelha-se a de Paulo Freire com codificações, cartazes com famílias silábicas, quadros, fichas, porém, não utilizava o diálogo como a de Freire e não se preocupava com a formação crítica dos educandos.

O MOBRAL esteve presente por um longo período na história do nosso país e produziu muitas marcas nas pessoas que por ele passaram. Ainda hoje, existem professores e alunos que vivem esse período na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

O ensino supletivo foi implantado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71. Nesta Lei um capítulo foi dedicado especificamente para o EJA. Em 1974 o MEC propôs a implantação dos CES (Centros de Estudos Supletivos), tais centros tinham influências tecnicistas devido à situação política do país naquele momento. Em 1985, o MOBRAL findou, dando lugar a Fundação EDUCAR que apoiava tecnicamente e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes. Nos anos 80 difundiram-se várias pesquisas sobre a língua escrita que de certa forma refletiam na Educação de Jovens e Adultos. (MARTINS, 2003, p. 6).

A Constituição de 1988 veio mudar esse panorama, obrigando o Estado a assumir o seu dever com esse nível de ensino, garantindo “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, Constituição Federal de 1988, p. 125).

Contudo, a partir de 1988, com a implantação de políticas de descentralização de poder e descentralização administrativa, políticas como educação, saúde e assistência social passaram a ser definidas e executadas pelos Estados e Municípios, contribuindo assim para o descaso na alfabetização de jovens e adultos, principalmente da população rural.

Com a promulgação da Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, expectativas são criadas para romper o quadro severo existente no país relacionado aos jovens e adultos analfabetos. Nessa Lei, a EJA passa a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufruindo de uma

especificidade própria. A referida Lei é uma revolução na educação brasileira. Na discussão do projeto de lei no Senado, até chegar aos 91 artigos aprovados, defendeu-se arduamente o fortalecimento da descentralização e a democratização do espaço escolar (MARTINS, 2003, p. 7).

A LDB 9.394/96 trata da Educação de Jovens e Adultos no Título V, capítulo II, como modalidade da Educação Básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. De acordo com o artigo 37, “a Educação de Jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (LDB, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) bem como a sua incorporação no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) foram muito importantes, pois garantiram recursos financeiros que possibilitaram ampliar as ofertas de EJA, estimulando e oferecendo oportunidades para que cada vez mais jovens e adultos possam retornar à escola e continuar seus estudos.

A partir do ano de 2003, foram criados alguns programas denominados como programas emergenciais, dentre eles o Programa Brasil Alfabetizado, lançado nesse mesmo ano por meio da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Em 2005, surgiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) (CORTE, 2016).

A aprovação do Fundo de Financiamento da Educação Básica (FUNDEB), em 2007, caracterizou um marco na institucionalização da EJA, uma vez que contribuiu para a inclusão desta modalidade na política de financiamento da educação, tendo uma garantia de recursos para Municípios e Estados que mantivessem ou ampliassem a oferta da EJA, o que não ocorria anteriormente com o FUNDEF, contribuindo não apenas para o descaso com essa modalidade de ensino, mas também para o retrocesso das políticas (CORTE, 2016).

Enfim, podemos afirmar que a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos sofreu interferências do contexto histórico-sócio-político de cada época e, na atualidade, a ênfase na Educação de Jovens e Adultos de grande relevância, mas será realmente de grande contribuição para nossa sociedade se o trabalho docente também estiver qualificado para essa modalidade de ensino, oferecendo assim uma educação de qualidade com ideais reflexivos e transformadores (MARTINS, 2003, p. 8).

Finalizando essa revisão histórica da EJA, chegamos à conclusão de que, assim como essa educação tem um histórico nacional, também tem um histórico regional e local que precisa ser investigado, a partir de um diálogo de saberes nos múltiplos espaços sociais presentes na comunidade, que pode contribuir para amenizar os dados estatísticos especificamente de evasão que marcam essa modalidade de ensino.

2- REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA.

Ao refletir sobre alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário primeiramente compreender a relação entre alfabetização e letramento no processo de apropriação e produção do texto escrito.

O conceito de alfabetização sofreu grandes alterações ao longo das últimas décadas. A princípio, o termo envolve “um sistema de conhecimento descontextualizado, validado através de desempenhos em testes” (JUNG, 2007, p. 83). No entanto, as discussões passaram a circular em torno do uso social da leitura e da escrita. Portanto tornou-se insuficiente apenas saber ler e escrever no sentido de decodificar e codificar.

Estudos e Pesquisas em busca de explicação para o fracasso da natureza do processo de aprendizagem da língua escrita nas duas últimas décadas comprovaram a necessidade de uma alfabetização em “sentido amplo”.

Dentro desse histórico, Jung (2007, p. 84) faz um questionamento: Por que pessoas alfabetizadas não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita?

Essa percepção traduziu-se na tentativa de ampliar o significado da palavra alfabetização. Paulo Freire (1975, p. 104) se posiciona contra a alfabetização puramente mecânica e defende uma alfabetização realmente ligada à redemocratização da cultura. Esse conceito não despreza a aprendizagem do sistema de escrita, contudo, envolve também uma aprendizagem dos usos sociais e das funções culturais, ideológicas e políticas da leitura e da escrita. Surge, então, o termo letramento.

A importância de se trabalhar a alfabetização numa perspectiva dos usos sociais da linguagem se comprovou através de pesquisas, avaliações nacionais e internacionais, resultados escolares e de programas de educação de jovens e adultos. Ficava evidente a necessidade de oferecer às crianças, jovens e adultos, um ensino satisfatório e que desse acesso ao mundo da escrita.

Nesse sentido, surge o termo letramento, bastante discutido e usado para definir práticas educacionais, trazendo um novo modo de compreender esse processo, de certa forma, extraído do conceito mais amplo que se procurava dar à alfabetização: “Um conjunto de diferentes habilidades relacionadas com a leitura e escrita, para muitas finalidades e sessões da população de uma sociedade até uma noção de alfabetização escolar única” (JUNG, 2007, p.81).

Soares (1999, p. 21), ao tratar do surgimento do termo *letramento*, trata da:

Mudança na maneira de considerar o significado do acesso à leitura e a escrita em nosso país, da mera aquisição da “tecnologia” do ler e do escrever à inserção nas práticas sociais de leitura e escrita, de que resultou o aparecimento do termo letramento ao lado do termo alfabetização.

Nesse mesmo enfoque, Soares (1999, p. 21) enfatiza que, em nosso país, uma questão que sinaliza essa mudança é a alteração do critério utilizado pelo censo para verificar o número de analfabetos e de alfabetizados. Durante muito

tempo, o indivíduo incapaz de escrever o próprio nome era considerado analfabeto. Nas últimas décadas, o que definia se o indivíduo era ou não analfabeto era se ele soubesse ler e escrever um bilhete simples. Então, da capacidade de apenas codificar o próprio nome, passou-se à capacidade de usar a leitura e a escrita para uma prática social. Embora essa prática fosse ainda bem limitada, já se evidenciava a busca de um estado ou condição de ler e escrever de forma funcional. Então, já se evidenciava a tentativa de avaliar o nível de letramento e não apenas a presença ou ausência da tecnologia do ler e escrever.

Para Mollica e Leal (2007, p. 11) “a alfabetização constitui a apropriação de uma tecnologia, a aprendizagem de um código, que difere do letramento social ou escolar”.

As autoras definem letramento em uma compreensão mais ampla. Todos os indivíduos podem ser considerados letrados, mesmo os não alfabetizados, por estarem inseridos na mesma cultura e por criarem estratégias próprias para entender o que necessitam sem terem passado pelo ensino formal. Nesse mesmo enfoque, letramento ainda significa os múltiplos saberes de natureza sócio-político-cultural que os cidadãos colocam em prática em suas comunidades (MOLLICA; LEAL, 2007, p. 11).

Considera-se possuir o letramento social aquele indivíduo que consegue expressar-se bem de forma oral, pelas suas experiências adquiridas na vida social. Essas experiências correspondem ao conhecimento de mundo que, segundo Mollica e Leal (2007, p. 12), são as situações de maior intimidade dos indivíduos nas quais torna-se suficiente o letramento social.

Nesse sentido, Soares (1999, p. 24) afirma que “um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser de certa forma letrado porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita.” Compreende-se então, que essa pessoa vive em constante leitura de jornais feita por um alfabetizado, recebe cartas e pede que leiam para ele, etc. Uma criança também que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, gosta de ouvir histórias que lhes são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função. Embora esse indivíduo ainda não tenha aprendido a ler e a escrever, já faz parte do letramento social porque consegue expressar-se bem de forma oral pelas suas experiências vivenciadas no âmbito social.

No letramento escolar, o indivíduo precisa de habilidades técnicas específicas da língua escrita e falada. Mollica e Leal (2007, p. 14), ao discutir sobre o letramento, declaram:

Assim, partimos do princípio de que qualquer cidadão transita bem em ambientes em que a sobrevivência está em jogo e com os quais mantém muita familiaridade, ainda que não domine linguagens escritas, aprendidas na escola. Assim, é de se supor que as dificuldades vão aumentando em contextos de maior amplitude, como aqueles que exigem do cidadão orientar-se na cidade, nos bairros, em conduções, em estradas. Cremos que a dificuldade cresce gradativamente quando, aos usuários, são solicitados conhecimentos específicos provenientes do letramento escolar, como consultar fichários em bibliotecas, orientar-se em museus, mostras e exposições.

Nas situações citadas por Mollica e Leal (2007), no texto acima (consultar fichários em biblioteca, orientar-se em

museus etc.), faz-se necessário adquirir o letramento escolar, em que há uma exigência de conhecimentos de leitura e escrita formais para as quais o indivíduo precisa de habilidades técnicas específicas desenvolvidas no contexto escolar. Por isso os significados de letramento e suas práticas em sala de aula tem sido objeto de estudo e reflexão. Nesse contexto, certamente, a proposta de letramento na escola para a Educação de Jovens e Adultos é positiva e benéfica, pois visa a inserção do educando nas práticas sociais por meio da conquista de sua autonomia intelectual relacionada aos usos da leitura e da escrita como instrumentos de reflexão e de uso (MOLLICA; LEAL, 2007, p. 12-13).

Nesse sentido, o Professor precisa usar sua criatividade para elaborar atividades utilizando diferentes gêneros textuais que circulam tanto na escola quanto em outros meios sociais. Dessa forma, o aluno terá várias fontes de informações e diversos recursos para fazer uso das práticas sociais da leitura e da escrita.

Paulo Freire compartilha uma proposta para alfabetização de jovens e adultos:

A escola deve oferecer aos alunos o ensino produtivo em que eles são levados cada vez mais, a compreender o funcionamento de sua língua, em diversos níveis e em diferentes situações. É o ensino da língua que põe ao alcance do aluno as diversas opções da língua, a amplitude de seus usos e registros, capacitando-o como usuário da mesma, por isso, o posicionamento do educador diante de sua classe deve ser o de orientar e produzir seres capazes de processar, adaptar e empregar o transmitido em seu cotidiano (FREIRE, 1975, p. 26).

Compreende-se que o autor propunha que os processos educativos operem no sentido de transformar a realidade, levando os educandos a refletirem e compreenderem como construir os sentidos dos textos.

Para que o Professor realize o trabalho de alfabetizar letrando, precisa-se utilizar o texto como ponto de partida em sala de aula durante todo o processo de ensino, pois é através do texto em seus diversos gêneros que os alunos terão a possibilidade de ler, compreender, interpretar e produzir textos, para que possam sentir-se inseridos num contexto de práticas sociais de leitura e escrita em sua própria sala de aula. O aluno deve apropriar-se das convenções da escrita para fazer uso de diferentes gêneros discursivos, seja para a compreensão, para a interpretação ou para a produção textual.

3- O GÊNERO TEXTUAL ARTIGO DE OPINIÃO

Quando discutimos o ensino de língua na perspectiva dos gêneros textuais, percebemos que a maior dificuldade encontrada pelos alunos, referente ao ensino da língua portuguesa, diz respeito a leitura, interpretação e produção de texto, seja oral ou escrito.

Para Marcuschi (2008, p. 154), “uma das teses centrais a ser defendida e adotada aqui é a de que é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero”. Na realidade, o estudo dos gêneros textuais é uma fértil área interdisciplinar com atenção especial para o funcionamento da língua e serve para as diversas atividades culturais e sociais. Portanto, os gêneros fazem parte das nossas práticas sociais, pois, “são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sócio-comunicativos característicos

definidos por composições funcionais” (MARCUSCHI, 2008, p. 154-155).

Quando se trabalha com a noção de gêneros textuais, faz-se necessário abordar diferentes aspectos e usos da língua, pois estes são formas verbais escritas e orais. O educador precisa ter consciência de que a linguagem é uma atividade interativa e nós nos constituímos como sujeitos sociais, por isso, devemos ser capazes de usar a língua materna para interagir em diferentes situações comunicativas. Marcuschi (2008, p. 162) afirma que:

Desde que nos constituímos como seres sociais, nos achamos envolvidos numa máquina sócio-discursiva. E um dos instrumentos mais poderosos dessa máquina são os gêneros textuais, sendo que de seu domínio e manipulação depende boa parte de nossa inserção social.

Contudo, os gêneros vão sofrendo modificações em consequência do momento histórico ao qual estão inseridos. As diferentes situações histórico-sociais podem dar origem a novos gêneros. Nesse sentido, Bakhtin (BAKHTIN, 2003 *apud* SIGNOR, 2003, p. 04) baseando-se na formação de novos gêneros, realiza uma classificação, dividindo-os em primários e secundários:

Os primários aludem a situações comunicativas cotidianas, espontâneas, não elaboradas, informais, que sugerem uma comunicação imediata. São exemplos de gêneros primários a carta, o bilhete, o diálogo cotidiano. Os gêneros secundários, normalmente mediados pela escrita, aparecem em situações comunicativas mais complexas e elaboradas, como no teatro, romance, tese científica, palestra, etc. Vale ressaltar que a essência dos gêneros é a mesma, ou seja, ambos são compostos por fenômenos de mesma natureza, os enunciados verbais. O que os diferencia, entretanto, é o nível de complexidade em que se apresentam. A diferença entre os tipos de gêneros primários e secundários é extremamente grande para Bakhtin. Segundo o autor, existe a necessidade de que se faça uma análise do enunciado para que se possa definir sua natureza.

Ao compreender a discussão sobre a formação de novos gêneros e a classificação desses gêneros em primários e secundários, Signor (2003, p. 04), reportando-se a Bakhtin (2003), fala também de suas características:

Para fins de classificação de um gênero discursivo, faz-se necessário que sejam considerados alguns aspectos definidos por Bakhtin, a saber: conteúdo temático (assunto), plano composicional (estrutura formal) e estilo (leva em conta a forma individual de escrever; vocabulário, composição frasal e gramatical). Estas características estão totalmente relacionadas entre si e são determinadas em função das especificidades de cada esfera de comunicação, principalmente devido a sua construção composicional.

Compreende-se que é papel da escola conduzir o aluno a expandir sua capacidade de uso da língua. Para isso, o professor deve desenvolver estratégias para relacionar teoria e prática, estimulando o desenvolvimento das habilidades do educando de se comunicar em diferentes gêneros textuais.

Ao discutir sobre os gêneros textuais, Marcuschi (2008) aborda também os tipos textuais e estabelece a diferença entre essas duas categorias. As distinções entre um gênero e outro não são linguísticas e sim funcionais, já os critérios para distinguir os tipos textuais são linguísticos e estruturais.

Segundo o autor (MARCUSCHI 2008, p. 154-155), os gêneros são textos materializados em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas como: telefonema, sermão, carta comercial e pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, notícia jornalística, etc.

No que diz respeito ao trabalho com os gêneros, torna-se relevante enfatizar o que nos demonstra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em relação ao componente curricular Língua Portuguesa, a qual dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século.

Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem. Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas (BNCC, 2018, p. 67).

Segundo o documento, outros gêneros, além daqueles cuja abordagem é sugerida neste, podem e devem ser incorporados aos currículos das escolas assim como podem ser contemplados em diferentes séries.

Portanto, compreende-se que é importante para o processo de ensino em EJA que o professor de Língua Portuguesa trabalhe com diferentes gêneros, como os jornalísticos, por exemplo, considerando as discussões que estão fora do contexto escolar, com o intuito de trazer estes temas para dentro do âmbito escolar. Além disso, a utilização destes gêneros em sala de aula como objeto de ensino-aprendizagem ajudará na compreensão e domínio dos modos de produção e significação dos discursos da esfera jornalística, bem como proporcionará condições para que os alunos construam os conhecimentos linguísticos discursivos referentes à produção e escrita desses gêneros (ALVES, 2008, p. 86).

No contexto escolar da EJA, o professor de Língua Portuguesa deve desenvolver estratégias de produção oral e escrita para que os jovens e adultos possam utilizar os gêneros textuais em atividades em sala de aula com o propósito de tornar esses alunos sujeitos sociais capazes de falar, ler e escrever de forma proficiente e reflexiva. Diante das diversidades de gêneros textuais que fazem parte da vida social do aluno, discutiremos nesta proposta o gênero artigo de opinião.

Ao abordarmos o artigo de opinião, pretendemos desenvolver nos alunos da EJA habilidades de leitura e produção do gênero. No referido gênero prevalece o tipo de texto dissertativo-argumentativo em que, segundo Alves (2008, p.87), “o autor apresenta e sustenta seu ponto de vista sobre um assunto da atualidade, por meio de argumentos para defender uma ideia, uma tese”.

Para Alves (2008, p. 86), o artigo de opinião é um gênero textual que possui as características de um texto voltado para a esfera pública, no âmbito do jornalismo opinativo.

Segundo Uber (2008, p. 04), o artigo de opinião ou artigo assinado, está na ordem do argumentar, pois possui características de um texto da esfera jornalística e também são produções veiculadas nos meios de comunicação. O discurso argumentativo presente no artigo de opinião tem como finalidade convencer o leitor, com intenções de que ele compartilhe uma opinião e chegue a um posicionamento pela sustentação de uma ideia ou realização de uma determinada ação.

O artigo de opinião é um gênero que circula em jornais, televisão, rádio, revistas e sites na internet, utilizando temas polêmicos atuais e títulos bem chamativos que exigem uma posição por parte dos leitores e ouvintes. “O autor deste gênero apresenta seu ponto de vista, expondo ideias pessoais através da escrita, com intenções de convencer seus interlocutores” (UBER, 2008, p. 04).

Compreende-se que na construção de um texto argumentativo, o autor apresenta ideias utilizando argumentos para convencer o leitor (essa é uma das estratégias de escrita de um texto desta tipologia), contudo, “para convencer, é preciso que ele apresente bons argumentos, sustentados por verdades e opiniões, porém tais opiniões são fáceis de serem contestadas”, pois são fundamentadas em impressões pessoais do autor do texto (UBER, 2008, p. 04).

Entende-se que o texto começa bem antes de colocar-se a caneta no papel. As primeiras palavras são fruto de uma reflexão, ou seja, o texto não deve ser escrito como um aglomerado de afirmações, sem um objetivo definido. Ele precisa ter coerência e argumentos para produzir sentidos.

O trabalho com artigo de opinião no contexto da sala de aula estimula a reflexão, a avaliação crítica, a argumentação, e promove a discussão de temas relevantes para o contexto social do aluno.

4- ELABORAÇÃO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA: ARTIGO DE OPINIÃO

Neste trabalho, elaboramos uma sequência didática como proposta de produção de um artigo de opinião. Para isso, selecionamos dois textos do gênero artigo de opinião, que servirão como material de apoio para o desenvolvimento das atividades durante todo o processo de ensino na EJA, tendo em vista o público-alvo alunos da 3ª e 4ª etapa do ensino fundamental.

Dolz, Noverraz e Shneuwly, conforme citado por Marcuschi (2008, p. 213), definem a “Sequência Didática” como “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual, oral ou escrito”.

O trabalho com sequência didática (SD) aqui apresentado tem a finalidade de proporcionar ao aluno da EJA a realização de todas as tarefas e etapas para a produção de um artigo de opinião. As atividades desenvolvidas foram planejadas de forma que obedeçam a uma sequência de módulos referentes ao gênero proposto.

4.1- APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO

Nesta sequência didática, apresentaremos um trabalho desenvolvido a partir da proposta dos gêneros discursivos. A apresentação é o momento em que a turma constrói uma representação da situação de comunicação e das atividades de linguagem a serem executadas. Dentre os variados gêneros do discurso que circulam no meio social, escolhemos o gênero artigo de opinião.

No desenvolvimento da sequência didática, o professor abordará, de forma reflexiva e contextualizada, elementos estruturais típicos do gênero como: estrutura composicional, situação de produção, informações sobre o tema, posicionamento do autor, argumentação e marcas linguísticas presentes nos textos. Esses elementos são importantes nos estudos com as práticas da linguagem: leitura, escrita e análise linguística. Nesse sentido, o professor deverá desenvolver um trabalho com o gênero artigo de opinião, levando em consideração todas as etapas da SD.

Dentro da referida SD, além da apresentação da situação, temos a produção inicial. Nela, o aluno será conduzido à elaboração de um artigo de opinião que será a sua primeira produção e servirá para sondar e avaliar quais as principais dificuldades que ele possui e perceber qual o nível de conhecimento que ele tem sobre o gênero. Posteriormente, será iniciado o trabalho com os módulos, nos quais serão desenvolvidas atividades e analisados os textos do gênero, bem como a reescrita do texto produzido na produção inicial. Essa etapa permite ao professor observar as dificuldades e acompanhar os avanços dos aprendizes ao longo do processo de ensino do gênero, pois na SD os módulos servem para tratar as dificuldades linguísticas que surgirem na produção inicial.

Após o trabalho com os módulos e correção dos textos escritos pelos alunos na primeira produção, os mesmos deverão ser reescritos. Em seguida é hora de motivá-los à produção final. Nesse momento, o aluno colocará em prática o que aprendeu ao longo dos módulos.

Após a produção final será feita a culminância de apresentação das produções através de um debate entre os alunos e o professor. Posteriormente essas produções serão expostas em um catálogo que ficará na biblioteca da escola.

4.2- PRODUÇÃO INICIAL

Após a apresentação da situação, de acordo com Marcuschi (2008) é o momento de propor aos alunos a primeira produção escrita, com o intuito de sondar seu grau de conhecimento e compreensão acerca do gênero artigo de opinião abordado nesta sequência didática. Essa produção inicial é fundamental na SD, pois é por meio dela que o professor terá a oportunidade de diagnosticar quais são as principais dificuldades dos alunos.

Nessa etapa, os alunos irão produzir um texto do gênero proposto, a respeito da temática sugerida “Consumismo”, com foco na discussão da publicidade no sistema capitalista. Nessa primeira produção, eles utilizarão todos os seus conhecimentos prévios sobre o gênero artigo de opinião, sem que o docente mencione suas características específicas, nem a estrutura do gênero. Esse texto produzido pelos discentes servirá apenas para treinar o gênero. Posteriormente, durante todo o processo de análise, serão feitos os ajustes até a produção final.

Essa etapa é crucial, pois representa o primeiro contato do aluno com o gênero discursivo. Além disso, é a primeira atividade de produção escrita em que o texto vai ser avaliado e revisado, passando por módulos até chegar ao estágio final de elaboração do artigo de opinião. (MARCUSCHI, 2008, p. 215).

4.3- MÓDULO I: INTRODUÇÃO AO GÊNERO

Para realizar-se a introdução ao gênero em questão (artigo de opinião) o professor apresentará alguns exemplares de gêneros discursivos, que consistem em dois textos (impressos e distribuídos aos alunos): o primeiro denominado “Consumo e Consumismo” do autor Marcelo Guterman e o segundo denominado “O planeta água tem sede” do autor Emerson Cruz. Primeiramente, pedirá que os alunos façam a leitura individual e, depois a leitura compartilhada dos textos, para que eles tenham o primeiro contato com o gênero.

Será feita a discussão sobre o tipo de gênero a que pertencem os textos lidos, explicando para os alunos que os referidos textos são artigos de opinião, pois os autores apresentam e sustentam seu ponto de vista sobre um assunto da atualidade por meio de argumentos (ALVES, 2008, p. 83).

Posteriormente, o professor discutirá sobre a importância do artigo de opinião, explicando sua função social, suas características, e propondo aos alunos uma breve reflexão sobre o gênero, como também sobre os temas em questão (consumismo e desperdício da água).

4.4- MÓDULO II: A ESTRUTURA DO GÊNERO E ANÁLISE LINGUÍSTICA

Nesse módulo, o aluno terá a oportunidade de conhecer a estrutura de um artigo de opinião, como também identificar essa estrutura no texto discutido. O professor fará junto com a turma a análise dos artigos de opinião “Consumo e Consumismo” e “O planeta água tem sede”. É importante afirmar que existem várias possibilidades de organizar a estrutura de um artigo de opinião e o mesmo contém alguns elementos que compõem sua estrutura, porém nem todos eles precisam aparecer num mesmo artigo, nem tampouco existe uma ordem específica para que esses elementos se organizem (UBER, 2008, p. 18).

A partir desse momento, o professor conduzirá aluno a identificar as principais características do artigo de opinião como: tema, objetivo do autor, apresentação da tese, procedimentos argumentativos, palavras para articular ideias, os marcadores linguísticos de tempo e pessoa verbal, marcas temporais e conclusão.

Posteriormente o professor fará a análise dos dois artigos de opinião, dialogando com os alunos e proporcionando uma discussão sobre o tipo de gênero a qual pertence os textos lidos, da seguinte forma:

- Que tema ou assunto o autor escolheu para seu artigo?
- Mostrar que o principal objetivo foi convencer o leitor sobre o seu ponto de vista (que argumentos o autor utilizou para fazer isso?).
- Um artigo de opinião deve apresentar argumentos para defender uma ideia, uma tese, qual é a tese defendida pelo autor? (a tese é a ideia central do texto e nem sempre vem no início do texto).

- Para convencer o leitor de sua tese, o autor precisa articular muito bem suas ideias. Que palavras ele utilizou para ligar as ideias?
- Que procedimento foi utilizado na construção de seu texto, por exemplo: os verbos utilizados estão em que pessoa? (1ª, 2ª ou 3ª, singular ou plural?) Qual o tempo verbal?
- O autor problematizou o tema por meio de perguntas. Quais foram essas perguntas?
- A partir de qual parágrafo o autor inicia as possíveis soluções para resolver o problema e concluir o estudo?

A partir dessa análise detalhada e da compreensão dos textos abordados, o aluno terá conhecimento dos principais elementos presentes em um artigo de opinião para então avaliar o seu próprio texto e perceber suas dificuldades (ALVES, 2008, p. 84).

4.5- MÓDULO III: PREPARAÇÃO PARA A PRODUÇÃO FINAL

Nesse módulo, será feito um trabalho de preparação com o aluno para a produção final. Após as reflexões e discussões realizadas no módulo II, os alunos irão retomar seus textos que foram escritos na produção inicial, com o intuito de realizar a autoavaliação. Esse é o momento em que o aluno faz a comparação do seu texto com os textos discutidos, para que sejam trabalhados fenômenos mais complexos de produção.

Esse é um momento muito importante na SD, pois possibilitará aos alunos a autoavaliação. Será levada em consideração a mediação do professor nesse processo, o qual deverá estimular os alunos oralmente através de perguntas que os leve a refletir sobre cada passo da construção do seu texto (ALVES, 2008, p. 85).

Para que seja realizada essa autoavaliação, será apresentada uma ficha diagnóstica para que o aluno possa avaliar o seu texto escrito na produção inicial, onde o mesmo irá preenchê-la, levando em consideração a mediação e opinião do professor.

Ficha De Avaliação da Produção do Artigo de Opinião (Por Aluno)

| CRITÉRIOS | SIM (Ok) | NÃO (Deve mudar) |
|--|----------|------------------|
| 1- O aluno-autor atingiu seu objetivo de convencer seus leitores? | | |
| 2- Articulou bem as ideias para sustentar sua tese? | | |
| 3- A temática está clara na construção do texto? | | |
| 4- Problematizou o tema através de perguntas? | | |
| 5- Utilizou argumentos para sustentar seu ponto de vista? | | |
| 6- O texto apresenta contextualização pela marca temporal? | | |
| 7- Há seleção de informações relevantes para a argumentação? | | |
| 8- O aluno-autor usou recursos que tornaram o texto interessante e persuasivo? | | |
| 9- Há problemas de coesão e coerência na construção do texto? | | |
| 10- Utilizou adequadamente os elementos linguísticos? | | |
| 11- Há a presença de uma conclusão adequada? | | |

Tabela 1: Ficha de Avaliação da Produção do Artigo de Opinião. Fonte: As Autoras.

Finalizada a etapa de preenchimento da ficha de avaliação, o professor solicitará aos alunos a reescrita de seus textos com base nos resultados contidos nas fichas, bem como todas as orientações repassadas durante todo o processo.

4.6- PRODUÇÃO FINAL

Essa etapa da sequência didática é destinada a uma produção final do gênero. Nesse momento, o aluno colocará em prática o que aprendeu ao longo dos módulos. Após a análise da produção inicial e durante todos os passos de motivação no ensino de cada módulo, os alunos irão utilizar os conhecimentos adquiridos para então produzirem um texto final com os principais elementos que um artigo de opinião apresenta, no qual serão observados os aspectos temáticos, estruturais e estilísticos.

Para esta produção final Marcuschi (2008, p. 216) afirma que:

O professor pode proceder a uma avaliação somativa e não apenas formativa, [...]. Essa avaliação deve levar em conta tanto o progresso do aluno como tudo o que lhe falta para chegar a uma produção efetiva de seu texto segundo o gênero pretendido.

Compreende-se que a produção final se concentra especificamente no aluno, estando voltada para a sua própria aprendizagem; por essa razão, a produção deve ser valorizada. Nesse sentido percebe-se que o trabalho modular permite que os casos de insucesso sejam retrabalhados e recebam atenção especial. Com isso o aluno está produzindo textos reais que o preparam para enfrentar as situações reais da vida diária (MARCUSCHI, 2008, p. 217).

Proposta para Produção Final

A partir da discussão das temáticas abordadas nos artigos lidos, reflita sobre o desperdício da água em nosso planeta nos dias atuais. Após a reflexão, produza um artigo de opinião enfatizando a sua percepção sobre a sustentabilidade do planeta e das gerações futuras no que diz respeito ao consumo e desperdício da água.

Após a produção final será feita a culminância de apresentação das produções através de um debate entre os alunos e o professor. Vale ressaltar que a participação do corpo docente da instituição e da comunidade é de suma importância para a valorização da produção de cada aluno. Posteriormente essas produções serão expostas em um catálogo que ficará na biblioteca da escola, a fim de estimular outros alunos para produzirem textos dessa natureza.

CONCLUSÃO

Ao finalizar as reflexões sobre o presente estudo, pode-se constatar que discutir o processo de alfabetização e letramento no ensino de jovens e adultos levou-nos a uma reflexão no que diz respeito às nossas práticas em sala de aula. Esta deve ser vista como um espaço de grandes construções e

aprendizados. O professor de Língua Portuguesa deve ter o intuito de sempre buscar estratégias para que seus alunos consigam ler e escrever com proficiência, sendo capazes de produzir textos de diferentes gêneros.

Compreendeu-se que o trabalho com SD é de fundamental importância na EJA, pois tem o objetivo de possibilitar ao aluno o uso da língua com competência em várias situações comunicativas.

O trabalho foi muito importante para o estudo do gênero artigo de opinião, visto que aponta estratégias de ensino importantes para o desenvolvimento da leitura e da escrita e para a interação educador-educando.

Portanto, espera-se que a referida proposta venha contribuir com a prática docente no sentido de trazer informações e motivações nas atividades que serão desenvolvidas em sala de aula no ensino da disciplina Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria do Rosário do Nascimento Ribeiro. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Parábola, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20/12/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Parecer CVE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000.

CORTE, Luciane Cristina. **A Mudança do Perfil do Público da EJA: Desafios e Perspectivas**. Universidade Nove de Julho. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1215>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CRUZ, Emerson. **O Planeta Água Tem Sede**. Planeta Água. Disponível em: <https://www.docol.com.br/planetaagua/produtos-e-projetos/opiniao-o-planeta-agua-tem-sede-diz-professor/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GUTERMAN, Marcelo. **Consumo e Consumismo**. Portal da Família. Disponível em: <https://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo580.shtml>. Acesso em: 01 out. 2019.

JUNG, Neiva Maria. **Letramento: Uma concepção de leitura e escrita como prática social**. São Paulo: Parábola, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Recife, 8 de Abril de 2008.

MARTINS, Adelaide Terezinha de Oliveira. **A Legislação de Educação de Jovens e Adultos a Partir da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://ucsobobservatorios.com.br/uploads/2013/Políticas_de_EJA/Trabalho/07_05_50_A_LEGISLACAO_DE_EDUCACAO_DE_JOVENS_E_A.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

MOLLICA, Maria Cecília. LEAL, Marisa. **Letramento em EJA**. São Paulo: Parábola, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento têm o mesmo significado?** Pátio. Ano IX nº 34, 2004.

SIGNOR, Rita. **Os Gêneros do Discurso**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20796843-Os-generos-do-discurso-bakhtin-m-os-generos-do-discurso-in-bakhtin-m-estetica-da-criacao-verbal-sao-paulo-martins-fontes-2003-p-261-306.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

UBER, Terezinha de Jesus Bauer. **Artigo de Opinião: Estudos sobre um Gênero Discursivo**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/prod_ucoes_pde/artigo_terezinha_jesus_bauer_uber.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

ANEXO A – ARTIGO DE OPINIÃO

Consumo e Consumismo

Marcelo Guterman

Era uma vez a Revolução Industrial. E com ela, a era da produção em massa. Milhares, milhões de unidades de tudo o que se possa imaginar, sendo produzidas diariamente nas fábricas ao redor do mundo. No último ano, por exemplo, foram 46 milhões de automóveis, 300 milhões de fornos de micro-ondas e 650 milhões de telefones celulares. Sem falar das mais de 6 bilhões de pizzas!

Ocorre que toda essa montanha de produtos deve ser escoada. Caso contrário, a máquina emperra. Estoques se avolumam, plantas industriais são desativadas, a recessão, esse grande fantasma do sistema capitalista, se instala. Para escoar a produção, é preciso que as pessoas consumam. O consumo é o coração de todo o sistema, responsável por manter a máquina em movimento. Sem consumo – e mais, sem consumo em níveis crescentes – o sistema capitalista, em linguagem técnica, vai para o brejo.

Como manter o consumo em níveis crescentes? Não é preciso muito esforço. O ser humano tem, por natureza, uma compulsão natural a consumir. Quer coisa mais agradável do que entrar em uma loja para comprar algo de que precisamos? E mesmo algo de que não precisamos tanto assim? Aliado a essa tendência natural, contamos com a poderosa ajuda da publicidade. Despertando necessidades que você nem ao menos suspeitava que estivessem aninhadas no fundo mesmo do seu ser, a publicidade vem de mãos dadas com a Revolução Industrial, lubrificando os canais de escoamento da produção.

Longe de mim ser um opositor da sistema capitalista, ou da publicidade, ou mesmo do consumo. Afinal, estamos inseridos nesse contexto. E ainda não inventaram nada mais eficiente para a geração de riqueza do que o capitalismo. Mas consumo é diferente de consumismo, sendo este a versão doentia daquele.

O que caracteriza o consumismo? Como saber se estamos doentes? E, uma vez descoberta a infecção, qual o tratamento?

Podemos definir consumismo como uma compulsão para consumir. Essa compulsão pode atacar em vários graus, desde aquela compra ocasional em que se chega em casa com a sensação de que não precisava ter comprado aquele aquecedor de travesseiros que parecia ser tão útil quando você estava na loja, até o closet transbordando com 445 pares de sapato. Vejamos alguns sinais inequívocos de que o vírus do consumismo está instalado no seu organismo:

Você não consegue sair de um Shopping Center sem pelo menos uma sacolinha na mão;

Qualquer objeto comprado há mais de um ano, desde um relógio até um automóvel, lhe parece insuportavelmente velho e ultrapassado, precisando urgentemente ser trocado;

Você estoura o seu limite do cartão de crédito com frequência;

Você se sente rebaixado, humilhado, arrasado, quando alguém próximo (o cunhado, o vizinho) aparece com um objeto mais moderno, mais atual, mais caro...

Os objetos de marca exercem um fascínio irresistível sobre você;

Ir às compras é o seu hobby predileto.

Apesar da aparência simpática (quem não gosta de fazer umas comprinhas, afinal?), o consumismo é uma doença terrível: destrói casamentos, arrasa orçamentos, deixa a vítima em um estado lastimável. Como fazer para não escorregar ladeira abaixo?

A receita clássica é distinguir o essencial do necessário, e o necessário do supérfluo. Por exemplo: para matar a sede, precisamos de água. Água, portanto, é essencial. Se estiver gelada, a água mata a sede mais depressa. Portanto, água gelada é algo necessário. Agora, água da marca San Pelegrino, a R\$ 4,00 a garrafa, definitivamente é supérfluo. Não podemos viver sem o essencial. Podemos viver com alguma dificuldade sem o necessário. Podemos viver facilmente sem o supérfluo. A vida do consumista está abarrotada de supérfluos.

Sendo assim, é preciso fazer honestamente a si mesmo a pergunta: isso que estou comprando é essencial? Ou mesmo necessário? Posso continuar vivendo sem isso? As respostas a estas perguntas variarão enormemente entre as pessoas. Se você é um alto executivo de uma multinacional, provavelmente

um terno de marca será necessário. Por outro lado, se se trata de um estudante que vai usar o terno em um casamento e depois encostá-lo, é mais provável que seja supérfluo.

Os pais têm um papel fundamental na educação do consumo de seus filhos. As crianças aprendem desde cedo a consumir supérfluos, mesmo porque são completamente indefesas em relação à publicidade, pois ainda não contam com um saudável espírito crítico. Quantos adultos consumistas de hoje não são o resultado de uma educação frouxa, em que os pais sempre deram tudo o que os filhos pediam. É preciso, desde cedo, acostumar as crianças com as perguntas: “É essencial? É necessário?”

Obviamente, comprar supérfluos de vez em quando não é crime. Uma data comemorativa, uma festa, um evento, podem justificar a compra de algo supérfluo. Neste caso, o supérfluo torna-se necessário, para justamente marcar a data. É preciso, no entanto, tomar o cuidado de não multiplicar as datas comemorativas a ponto de praticamente não haver mais dias “normais”. Sob o pretexto do “eu mereço”, muitas vezes nós nos concedemos compensações que acabam no... consumismo!

Não se trata, por outro lado, de ser sovina. Economizar por economizar. Fugir do consumismo não é ser avarento. Evitamos o consumismo com o objetivo de alcançar uma vida financeira mais saudável e, no final das contas, mais feliz. Porque, ser escravo do supérfluo, por mais doce que pareça, nada mais é do que uma falta de liberdade, que acaba por tornar o ser humano infeliz.

**Publicado no Portal da Família em 24/02/2007
<https://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo580.shtml>*

ANEXO B – ARTIGO DE OPINIÃO “O Planeta Água Tem Sede”

Emerson Cruz

A água é uma substância fundamental para a ocorrência e manutenção da vida. De fato, mesmo com todo o aparato tecnológico disponível, ainda não fomos capazes de encontrar outro planeta que tenha água em seus três estados clássicos da matéria: sólido, líquido e vapor. Nesse sentido, a Terra é um planeta único por reunir condições climáticas e geológicas em perfeito equilíbrio para a existência dessa maravilha denominada VIDA.

Nosso planeta poderia muito bem ser chamado Água, ao invés de Terra, uma vez que 70% de nossa superfície é constituída de água. No entanto, apenas 0.007% é própria ao consumo humano e uso em processos industriais, pois o restante se encontra em forma de água salgada (97%) ou são inacessíveis por se encontrarem em geleiras (1.750%) e fontes subterrâneas (1.243%).

Ou seja, água útil para uso humano e industrial é um recurso escasso e que, portanto, deve ser tratado com respeito e consciência por todos. Em verdade, um dos grandes desafios de nosso século é a garantia ao acesso a fontes de água próprias para o consumo humano e uso em processos industriais. Infelizmente, fontes de água doces superficiais (lagos, rios, etc) vêm sofrendo os efeitos do descompromisso ambiental, colocando em sério risco as reservas hídricas disponíveis em nosso planeta.

O planeta água tem sede. Justamente por sua enorme importância a água tem o seu próprio dia!

**Artigo escrito pelo Professor de Física Emerson Cruz,
Pesquisador em Educação e Tecnologia.
<https://www.docol.com.br/planetaagua/produtos-e-projetos/opinia-o-planeta-agua-tem-sede-diz-professor/>*